

Democracia e cultura política no Rio Grande do Sul no pós-1985: tem a abertura política brasileira influenciado na participação política dos gaúchos?

Simone Piletti Viscarra¹

Resumo

Este estudo tem como finalidade analisar a cultura política dos eleitores da cidade de Porto Alegre (Rio Grande do Sul/Brasil) entre 1970 e 2013. Parte-se do pressuposto que a materialização de um sistema democrático depende tanto de variáveis institucionais como comportamentais. Em outras palavras, que um sistema político maduro e estável precisa possuir além instituições normativas bem estabelecidas o apoio dos cidadãos a essas. Considerando as transformações políticas no Brasil durante o período em análise o foco do estudo é avaliar se as mudanças institucionais trazidas pela redemocratização impactaram de alguma forma na ação e na percepção política dos eleitores (cultura política). Para realizar a investigação serão empregados dados estatísticos sobre o interesse político, participação política formal, percepção sobre o voto e importância do voto dos eleitores de Porto Alegre. Tais informações derivam de surveys aplicadas entre 1970 a 2013 com o apoio da UFRGS e do CNPq. Logo, este é um estudo de matriz teórica culturalista e de natureza quantitativa. A análise dos dados ocorrerá por meio de frequências e regressão linear. Resultados preliminares indicam que é necessário repensar como a instauração da democracia está ocorrendo, uma vez que valores como o voto personalista e a baixa participação em partidos políticos pouco se altera com o passar dos anos na cidade. O que indica uma dicotomia entre valores culturais e normativos de apoio ao sistema político instaurado pós-1985 e tornam ainda mais relevante conhecer a relação entre cultura política e instituições políticas, como é proposto por esse estudo.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil a implementação da democracia formal/procedimental e a presença de valores culturais que respaldem o sistema democrático encontra-se num cenário paradoxal. Essa situação é destacada por Moisés (2010) e Baquero (1997, 1998, 2004, 2011) ao demonstrarem empiricamente a existência de altos níveis de insatisfação, desconfiança e desinteresse político dos cidadãos brasileiros. Considerando isso, a tese que norteia este estudo é a de que a dimensão institucional da democracia, ou democracia procedimental, pode influenciar a formação da cultura política dos cidadãos.

Tal influência ocorre por meio da manutenção, ao longo dos anos, de espaços que podem promover a socialização política dos cidadãos. Logo, o propósito é avaliar se a participação das pessoas em determinados espaços gera subsídios capazes de promover uma cultura política de apoio ao sistema. Considerando isso, o intuito é verificar se, após 28 anos da reabertura política

¹ Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Professora Adjunta na Universidade Federal do Vale do São Francisco. E-mail: simoneviscarra@gmail.com.

no Brasil (1985-2013), determinados espaços institucionais causam ou proporcionam algum impacto na formação da cultura política das pessoas. O estudo será desenvolvido considerando a cidade de Porto Alegre (RS, Brasil), devido à abrangência temporal dos dados empíricos disponíveis (1968-2013, NUPERGS² e NUPESAL³, VISCARRA)

O recorte de análise será em torno da identificação e da participação das pessoas em partidos políticos, procurando-se saber de que forma tais espaços de socialização atuam na formação da cultura política das pessoas. Em relação à cultura política, essa será avaliada por meio de questões de interesse político, interesse pelo voto e dimensão do voto (personalista ou partidário). Dessa maneira, possibilita-se observar se a participação das pessoas em determinadas esferas de participação formal pode servir de espaço de socialização política e, assim, colaborar com a formação de cidadãos politicamente mais interessados e cívicos, cenário que ampliaria o apoio à democracia.

Em relação ao enquadramento teórico, este estudo tem como base os escritos sobre cultura política desenvolvidos por Almond e Verba em 1963 na obra *The civic culture*. A escolha se deve a dois aspectos: i) ao seu caráter metodológico que defende o uso de dados empíricos para o teste de hipóteses; e ii) à percepção dos autores sobre as variáveis necessárias para a manutenção e para a promoção de um sistema democrático estável, que inclua a percepção e a avaliação dos cidadãos como significativas. O argumento da obra é o de reconhecimento dos atores sociais como seres centrais, cujas preferências, valores e comportamentos são significativos para o estabelecimento de um processo político estável. Os autores, ao descreverem como ocorre a formação da cultura política dos indivíduos, enfatizam a necessidade de se construírem estudos que foquem no processo de socialização dos cidadãos, ou seja, em como as pessoas adquirem seus valores pela esfera política. E é dentro desse argumento que este estudo se desenvolve.

Adicionalmente aos pressupostos culturalistas, o referencial teórico da investigação visa dialogar com a teoria institucionalista para a explicação das relações sociais e políticas e do desenvolvimento de sistemas democráticos. O objetivo é compreender se determinados espaços de participação política abertos após a redemocratização no Brasil, como os vinculados aos partidos políticos, estão causando algum impacto sobre os valores dos eleitores em relação à

² NUPERGS: Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-grandense.

³ NUPESAL: Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina.

política. Assim, procura-se analisar a relação entre a formação de valores políticos e os atos de participação política. A hipótese que sustenta a investigação é de que a participação institucional impacta na construção da cultura política de Porto Alegre. O Quadro 1, apresenta-se a direção postulada para o conjunto das variáveis independentes e dependentes.

Quadro 1- Hipóteses formuladas e sua direção*

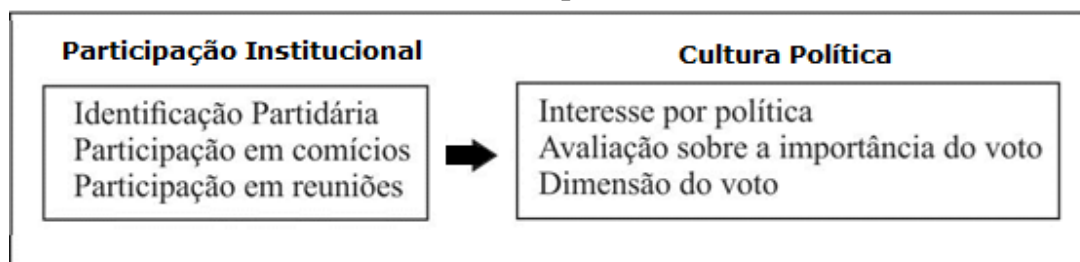
	Interesse por Política	Importância do voto	Dimensão do voto
Identificação Partidária	+	+	+
Participação em Comícios	+	+	+
Participação em Reuniões	+	+	+

*O símbolo (+) indica uma correlação positiva entre as variáveis analisadas.

Fonte: elaborado pela autora.

A análise dos dados será ocorrerá em dois momentos. A primeira de estatística descritiva e a segunda pelo emprego de técnicas estatísticas mais sofisticadas, como o teste de correlação e de regressão múltipla. O quadro abaixo ilustra as variáveis que serão empregadas na análise.

Quadro 2- Variáveis empíricas entre 1968-2013



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados disponibilizados para construção da análise empírica.

Finalizada a introdução e a apresentação dos objetivos, hipótese e metodologia do trabalho a próxima descreve o referencial teórico.

2. Cultura Política, instituições e participação

O conceito de cultura política surge com o advento da perspectiva culturalista por volta dos anos de 1960/70. Os anos que seguem (até os dias atuais) configuraram-se em um cenário de forte disseminação dessa abordagem na academia. Já a década de 1980 foi marcada por uma bibliografia voltada para a questão da redemocratização política⁴, ao passo que, a partir da metade da década seguinte, 1990, com a democracia mais presente, o foco passa a ser o entendimento de quais

⁴ Entre alguns dos autores que tratam do tema e se destacam nesse período está Huntington (1994).

elementos auxiliam na consolidação desse sistema. Ou seja, na virada do milênio o debate na ciência política se direciona para o tema da própria definição, manutenção e qualidade da democracia, sendo um momento no qual o conceito de cultura política e os estudos de comportamento se tornam peças fundamentais. A justificativa dessa tendência é o cenário político do período, marcado pelo aumento da insatisfação e do ceticismo das pessoas com a esfera política, sobretudo nas novas democracias (BAQUERO, 1997, 1998, 2000, 2004, 2007, 2011; MOISÉS, 2008, 2010).

De acordo com Almond e Verba (1989) com o passar do tempo a história do conceito de cultura política se distancia do viés antropológico e se aproximando da psicologia social, que considera a cultura não um agregado ou um conjunto de valores da sociedade, mas o conjunto de valores dos indivíduos que formam a sociedade, tendo-se que cada cidadão será mais ou menos cívico de acordo com a internalização dos valores. A questão da vertente passa a ser: como se ter um modelo ideal de comportamento para que as instituições funcionem plenamente, e qual a relação entre cultura e instituições? Para Almond, as instituições possuem um papel essencial na formulação da cultura política, pois o comportamento político é fruto da socialização política. Todavia, não é possível crer na visão autoritária do racionalismo, em que a simples alteração das regras e estruturas institucionais modifica a cultura das pessoas. Os autores não definem a cultura política como uma teoria, mas como um quadro de variáveis que podem ser usadas na construção de um conhecimento, seja como variável dependente ou independente. Este ponto é o que justifica a importância do desenvolvimento e do aumento de pesquisas tipo *survey*⁵.

O cenário da década de 1990 é o de uma democracia vitoriosa em diversas partes do mundo, porém com declínio do apoio popular. Norris (1999) descreve a existência de uma situação de mal-estar subjacente por parte das pessoas nesse período. Segundo a autora, a situação de desconfiança dos indivíduos como a política deve ser vista como um sinal de que os cidadãos estão mais críticos, exigindo mais do sistema democrático em vez de apenas serem contra ele. Assim, ela propõe analisarmos até que ponto existem motivos legítimos para se preocupar com o declínio do apoio

⁵Isso diz respeito ao individualismo metodológico. Para Almond, essa metodologia tinha pelo menos quatro componentes: i) desenvolvimento de métodos de amostragem precisos; ii) maior sofisticação dos métodos de entrevista; iii) desenvolvimento de técnicas de escala e contagem; e iv) maior sofisticação estatística. Almond e Verba (1989) argumentam que o indivíduo não é um padrão único de comportamento, pois não possui uma racionalidade perfeita. Ele é um misto que combina várias formas, o que indica o comportamento real. Assim, conhecê-lo é fundamental para compreender a cultura política de uma sociedade e analisar a congruência entre sistema político e cultura política. Todavia, isso não exclui a importância que estruturas e instituições exercem sobre a formação da cultura política, que ocorre por meio da socialização (ALMOND; VERBA, 1963).

popular nas instituições que representam as democracias. Outro objetivo de Norris foi compreender quais fatores políticos, econômicos e sociais conduzem a dinâmica de apoio aos governos democráticos e estudar quais são as consequências dessa análise e suas implicações no fortalecimento de governos democráticos.

Para responder isso, Norris realiza uma revisão bibliográfica a respeito da crise da democracia ocorrida nas décadas de 1960/1970/1980, quando essas teorias passam a ser esquecidas, devido ao aparecimento de ações políticas diretas,⁶ e a democracia parece ser um caminho irreversível, embora o cenário internacional indique a existência de descrença e ceticismo por parte das pessoas sobre os sistemas estabelecidos, principalmente em regiões pobres. Norris verifica o declínio de apoio político, o que não significa, necessariamente, a rejeição ao regime que sustenta essas pessoas. A rejeição a um governo pode refletir-se na ausência de engajamento, mas sem relação causal com o descrédito a toda questão política, pois essa falta de participação pode indicar o aumento de cidadãos críticos e não contrários à democracia (NORRIS, 1999).

Outro autor de destaque é Ronald Inglehart, cujas publicações se destacam por analisar empiricamente a relação entre valores culturais e desenvolvimento econômico. Entre 1971 e 1977 o autor descreve o pressuposto de que uma transformação está ocorrendo na cultura política de sociedades industriais avançadas. Segundo ele, isso pode ser identificado pela alteração dos valores básicos das pessoas, que para Inglehart seria o resultado das modificações nas condições de vida dos indivíduos, que por sua vez alteram o processo de socialização (INGLEHART, 1971, 1977). Sob a hipótese de que os homens possuem diferentes desejos e necessidades de acordo com seu ambiente, Inglehart afirma que as sociedades passam por diferentes estágios, sendo um deles o voltado para a segurança econômica. Para ele, o grau de desenvolvimento econômico, que pode ser visto pela classe social do cidadão, pode servir de variável explicativa para alguns dos seus posicionamentos, como o político (INGLEHART, 1971). As conclusões do autor indicam que a alteração dos valores básicos e prioritários dos seres humanos é resultado de diferentes causas, entre elas o grau de seguridade econômica da sociedade em que a pessoa vive (INGLEHART, 1971, 1977).

Influenciado por Almond e Verba (1963), Inglehart define a cultura como o sistema de atitudes, valores e conhecimentos reconhecidos por uma sociedade e repassados de geração a

⁶ Destaca-se, nesse período, o trabalho de Huntington (1994).

geração. Para ele, as atitudes são moldadas pelas orientações subjetivas do indivíduo, que são o resultado e o reflexo do processo de socialização das pessoas, não podendo uma ação ser considerada apenas o resultado de fatores externos. Nesse ponto, a questão da economia política é destacada pelo autor como uma variável que pode modelar e ser modelada por questões culturais, sendo cultura uma variável interveniente que auxilia na explicação do desenvolvimento econômico, mas que não necessariamente conduz à emergência de uma democracia moderna ou de massa. A obra de 1997 deixa mais claro o argumento sobre o desenvolvimento econômico e as mudanças culturais e políticas. Segundo o autor, esses três campos caminham juntos e de maneira coerente, o que permite a identificação de padrões de mudança e, assim, sua previsão. Todavia, tais mudanças não ocorrem de modo rápido, mas dentro de um período temporal com intervalos variados. A alteração da visão das pessoas em relação a seu mundo e a seus valores, que se volta para uma racionalidade secular, conduz mudanças que afetam todas as estruturas que compõem essa sociedade, incluindo as instituições políticas.

Adiciona-se a esse debate a obra de O'Donnell, Cullell e Iazzetta (2002)⁷. A concepção de democracia empregado no estudo não diz respeito apenas ao regime político normativo da localidade, mas também ao cidadão como ponto importante para a sustentação do sistema. Segundo os autores, os sistemas políticos latino-americanos são na sua maioria democráticos, embora com estados ainda autoritários e com sociedades profundamente desiguais. Tais fatores impedem as pessoas de adquirir e de exercer plenamente seu papel de cidadão. Um exemplo disso pode ser visto nos altos níveis de insatisfação das pessoas, que, segundo O'Donnell, Cullell e Iazzetta (2002), se devem à incapacidade dos governos em lidar com problemas sociais e econômicos. Considerando tal panorama, a obra volta-se a mostrar uma nova perspectiva sobre o tema da qualidade democrática⁸. Segundo O'Donnell, Cullell e Iazzetta (2002), a qualidade da democracia depende da combinação de cidadãos ativos e de quesitos institucionais. Para eles, a avaliação dos atributos da democracia normativa, como as votações livres ou as regras claras, diz pouco sobre as características do seu eleitorado, e é preciso entender esse grupo para se avaliar o sistema. Ou seja, a instauração da democracia é resultado de todo um conjunto de fatores

⁷ Essa obra resulta de um seminário realizado em 2002 para discutir a experiência realizada na Costa Rica em 1997.

⁸ Emprega-se o conceito de auditoria cidadã. Na democracia, esses sistemas e instituições (reguladores) devem ser postos a três formas de auditoria: vertical eleitoral, via eleições; vertical de caráter social, exercida via grupos de pressão da sociedade; horizontal via instituições autorizadas, que podem punir ações (O'DONNELL, CULLELL; IAZZETTA, 2002).

institucionalizados pelos cidadãos. Assim, para avaliá-la, é preciso entender tanto o seu significado para os agentes quanto o grau de informação política, nível de participação, conhecimento, preferências e opiniões desses, e não apenas a verificação do cumprimento de leis e liberdades (O'DONNELL, CULLELL; IAZZETTA, 2002). A questão, então, é saber quais condições permitem e estimulam os agentes a exercerem seus direitos, pois o sistema democrático não emerge apenas de instituições e de procedimentos, mas também do exercício dos seus agentes (O'DONNELL, CULLELL; IAZZETTA, 2002).

Nessa perspectiva, e empregando o conceito de cultura política estão as contribuições de Moisés (2010) sobre o Brasil. Ele emprega variáveis indicadoras de autoritarismo para verificar se a instauração de estruturas democráticas alterou a cultura política das pessoas⁹. Moisés defende que a desconfiança dos cidadãos geraria uma ambivalência política, uma vez que influenciaria os níveis de adesão das pessoas ao regime. O conceito de confiança implica em reciprocidade entre todos os envolvidos, gerando segurança, pois confiar implica em cooperar e reduzir riscos¹⁰. Essa definição do termo envolve não somente relações interpessoais, mas também as relações com as instituições,¹¹ e, por isso, pode servir como indicador da qualidade democrática. Para o autor, o aprendizado das pessoas sobre suas instituições varia com a sua experiência; portanto, não basta analisar o comportamento das pessoas estruturalmente, é preciso também considerar elementos históricos e socioculturais que o formam. É a interação das pessoas com as instituições que moldam parte das crenças, valores e comportamentos dos cidadãos com a política, fato esse que descarta a ideia de que a aprendizagem sobre as instituições ocorre apenas de maneira primária, como se acreditava, passa-se a acreditar que ela é resultado das interações que as pessoas estabelecem ao longo da sua vida, durante todo o seu processo de socialização.

Desse modo, não se pode avaliar uma instituição em abstrato, o que torna imprescindível anexar argumentos provenientes da análise culturalista e institucionalista para, então, produzir uma estratégia analítica mais equilibrada. Deve-se considerar que a implementação de estruturas democráticas por si só não conduz ao estabelecimento de uma cultura política democrática, pois ainda se verifica a permanência de valores autoritários entre as pessoas. É o desempenho das

⁹ Ele realiza uma análise comparada entre diferentes localidades que integram o banco de dados do Latino Barômetro entre 2002-2004.

¹⁰ Nesse ponto, o autor utiliza as ideias de Putnam (2002).

¹¹ Nesse ponto, ele faz referência ao conceito de *accountability*, que diz respeito à obrigação dos líderes políticos de responder as demandas dos que os elegeram quando inquiridos. Em português, pode ser traduzido como responsabilização.

instituições ao longo do tempo que produz alterações na cultura política das pessoas. Contudo, para Moisés, a existência de um cenário ambivalente não põe a democracia em risco imediato, porque, em nível formal, as pessoas tendem mais a desejar viver em sistemas democráticos. Porém, esse panorama de desconfiança indica a qualidade da democracia, cujos baixos níveis significam que o sistema não está cumprindo seu papel de contribuir na formação dos cidadãos.

Outra referência sobre Brasil é Baquero (1997, 1998, 2000, 2004, 2007, 2011). Próximo a Moisés, ele defende que as instituições não são as únicas variáveis responsáveis pelo desenvolvimento da democracia. Com uma visão maximalista, Baquero agrega a importância do apoio dos indivíduos para o estabelecimento de um sistema democrático pleno. Ele emprega como justificativa do seu posicionamento a atual descrença dos eleitores com os partidos políticos. Como poderiam eleições mediadas por partidos, que, mesmo quando estáveis, não representam o interesse das pessoas, serem plenamente legítimas? Assim, Baquero (1997, 1998, 2000, 2004, 2011) argumenta que a compreensão da democracia precisa ir além do caráter institucional, incluindo outros fatores que explicam o desenvolvimento democrático, como os fatores culturais. Para ele, os desafios do fortalecimento democrático estão em: i) criar condições necessárias para avançar no processo de democratização por meio de maior coesão social; e ii) criar uma cultura política orientada pela legalidade e pela responsabilidade de estimular os governos democráticos a realizarem reformas que fomentem o desenvolvimento humano sustentável, pois as reformas instauradas até então não têm conseguido alterar os desequilíbrios herdados.

Outra contribuição do autor é a valorização que ele dá a aspectos históricos para compreensão da cultura política de uma sociedade. Segundo ele, esses aspectos podem explicar em grande parte a presença, ou ausência, de valores que contribuem para a estabilidade democrática, como os valores de senso de comunidade ou de pertencimento a um grupo social (BAQUERO, 1997). É o estudo do passado de uma localidade e a identificação das características que permaneceram ao longo dos anos que podem auxiliar na compreensão das características atuais. Baquero (1997, 2004) conclui que apenas a instauração da democracia não garante o surgimento de práticas democráticas nas pessoas. Isso não significa negar as transições políticas pelas quais a América Latina passou, principalmente aquelas ocorridas durante as décadas de 1970 e 1980, alteraram de algum modo a forma de pensar das pessoas, mas afirmar que essas transformações não foram suficientes para que os cidadãos dessas localidades se tornassem autossuficientes politicamente. Tal constatação não minimiza a importância das reformas de

Estado ou institucionais, mas enfatiza que, se não forem suprimidos problemas como a desigualdade social e econômica e valores políticos tradicionais, uma reforma procedimental por si não resultará em certeza plena quanto ao futuro da cidadania (BAQUERO, 1997, 2004).

Dentro da teoria culturalista cabe também destacar para este trabalho o conceito de participação política. No caso de sistemas democráticos, a participação deve ser vista como um direito dos cidadãos (CORNWALL; ROMANO; SHANKLAND, 2008). Logo, o estudo emprega o conceito de participação política relacionada à ideia de cidadania e, assim, de democracia. Segundo Verba, Scholzman e Brady (1995) participação política diz respeito ao ato de comunicar-se e existem diferentes formas de se estabelecer essa comunicação, ou troca de informações. Ela ocorre com base no tipo de participação e/ou de atividade que a pessoa escolhe se envolver. A participação é o resultado da combinação entre os gastos envolvidos na ação e os resultados que a pessoa pode alcançar (VERBA; SCHOLZMAN; BRADY, 1995). Em anos mais recentes Teorrell, Torcal e Montero (2007) debatem o conceito de participação política dentro do escopo da definição de democracia. Os autores argumentam que a concepção de democracia moderna coloca como central o papel da cidadania. Dessa forma, o conceito de participação política torna-se relevante quando se objetiva compreender a qualidade desse sistema, uma vez que esse permite avaliar tanto o desenvolvimento do sistema político quanto a influência que esse tem sobre a vida das pessoas. Isso ocorre, no primeiro caso, por meio da existência de esferas participativas e, no segundo, pela interação das pessoas com tais esferas e oportunidades. Além disso, para que a esfera participativa se consolide, é necessário que haja mais do que instituições. É indispensável a existência de uma cultura cívica que as respalde.

Como pôde ser observado, os autores defendem a importância da participação das pessoas posiciona o conceito de cidadania como relevante (LAWY; BIESTA, 2006), pois o processo de socialização, e também de formação da cultura política dos indivíduos, está relacionado com o seu papel político (DAVIES; GORARD; MCGUINN, 2005; SKOGEN, 2010). Com base nesse argumento, uma das discussões centrais da ciência política atual recai sobre a forma de se preparar e se aprimorar as pessoas para serem cidadãos, uma vez que o processo de socialização política não termina na infância ou na juventude. Os valores cívicos e democráticos das pessoas se universalizam pela rotina e pelo hábito, sendo a participação política parte do processo de aprendizado (HELD, 1997; PATEMAN, 1992). É como se houvesse um círculo virtuoso, quanto mais o indivíduo participa mais ele se sente compelido a participar. E a internalização desses

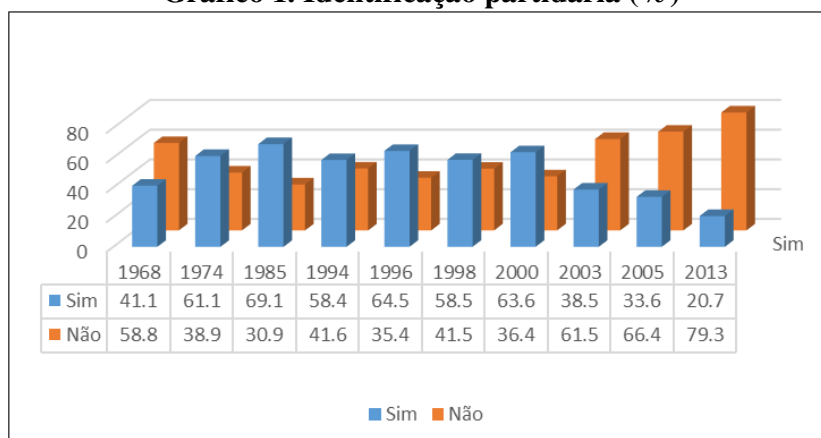
valores cívicos de suporte ao sistema decorre dessas atividades que formam agentes protagônicos que fortalecem a consolidação e a estabilidade da democracia (CASTRO, 2000).

É considerando a relação entre tais variáveis que se estuda a situação de Porto Alegre. O objetivo é realizar uma análise evolutiva da cultura política da cidade durante o período de 1968 e 2013. Os resultados de tal análise servem de subsídio para se compreender se determinados espaços abertos no pós-1980 têm alterado a cultura política da cidade, e em qual sentido isso ocorre. Assim sendo, avalia-se se os espaços institucionais, como aqueles abertos pelos partidos políticos, estão alterando a cultura política das pessoas.

5. Análise dos dados empíricos

A análise será realizada com base nas pesquisas de opinião sobre participação e interesse políticos realizada entre 1968 e 2013 na cidade. Os primeiros dados descrevem a identidade partidária do eleitorado da cidade (gráfico 1).

Gráfico 1. Identificação partidária (%)



Fonte: NUPESAL *Surveys* sobre cultura política e participação política (1968-2013).

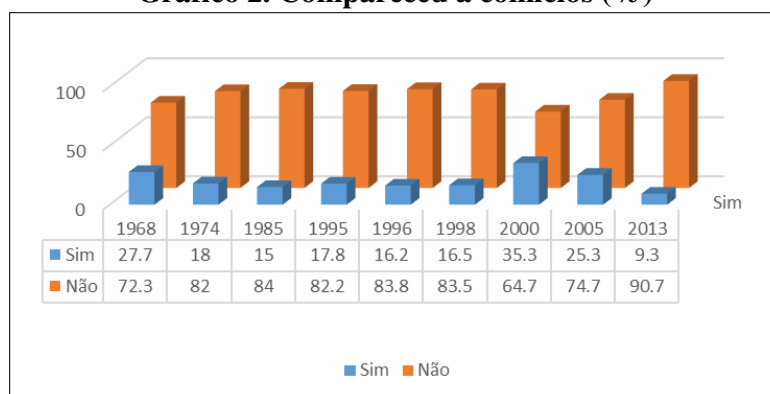
Os dados do Gráfico 1 demonstram que durante 1968-2013, a população de Porto Alegre diminuiu sua identificação com os partidos políticos. Em 1968, quando o Brasil encontrava-se no período ditatorial, 41% dos respondentes afirmavam possuir alguma identificação com partidos. Esse valor sobe para 61% em 1974. Em 1985 o resultado apresenta um aumento de oito pontos percentuais para o ano anterior. Assim, chega-se em 1985 com quase 70% de respostas positivas. Durante os anos de 1990, continua-se a observar uma queda na identificação partidária dos eleitores. Isso é visualizado em 1994, com 11 pontos percentuais, taxa inferior à das pesquisas anteriores. Para 1998, o cenário era de uma economia mais estável, embora pautada em medidas não bem avaliadas pela população. Isso é observado nos baixos índices de aprovação e apoio ao

governo Fernando Henrique Cardoso¹². Para os anos 2000, observa-se o aumento inicial de quase 5 pontos percentuais no número de respostas positivas. Todavia, esse valor não se mantém nas pesquisas posteriores.

As coletas realizadas nos anos seguintes são de queda constante na identificação partidária dos eleitores de Porto Alegre, sobretudo entre 2000 e 2003. Logo, o que fica evidenciado nas últimas *surveys* é uma forte queda no número de eleitores que afirmam ter algum tipo de preferência ou identificação partidária. Essa queda vai de quase 40%, em 2003, para 21%, em 2013.

Considerada essa variável, a próxima etapa corresponde à participação política dos entrevistados. Inicia-se a análise observando as respostas referentes ao comparecimento das pessoas a comícios. Os dados estão dispostos no Gráfico 2, abaixo.

Gráfico 2. Compareceu a comícios (%)



Fonte: Banco de dados NUPERGS/NUPESAL, 1985-2013.

Observa-se que em 1968, 28% de respostas eram positivas. Esse valor cai quase dez pontos percentuais em 1974, chegando a 18% e continua em queda. Apresentando um resultado de três pontos percentuais menor do que o da pesquisa de 1974, em 1985 alcança-se apenas 15% de respostas na mesma direção. Ou seja, as informações evidenciam que, do período militar ao de abertura política, o cenário foi de aumento do distanciamento popular da esfera política por meio de atividade direta em comícios. Como na descrição anterior, os anos, entre 1974 e 1990, foram de grande transformação no cenário político brasileiro. Em relação aos dados empíricos para a década seguinte, 1990 (1995, 1996, 1998), o panorama é de estabilidade e de proximidade com o

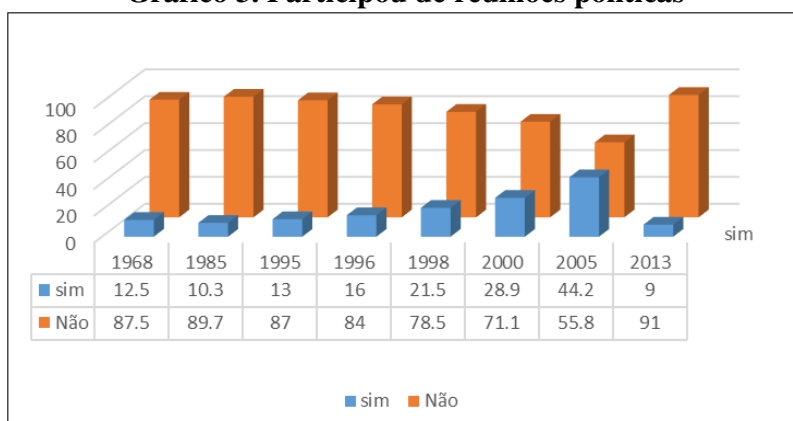
¹² Segundo o IBOPE, o período 1998-1999 foi de forte queda para o governo FHC (de 58% a 35%). Maiores detalhes em: <http://veja.abril.com.br/040401/p_040.html>.

resultado de 1985 no número de respondentes que participaram de comícios. A média desse período foi de 17% de respostas positivas. Logo, o que se observa é a manutenção da queda do final da década de 1980 para todo o período de 1990.

Em relação ao ano de 2000, esse apresenta um cenário mais participativo, com aumento de quase vinte pontos percentuais de respostas de eleitores afirmando que participam de comícios políticos. Todavia, tal cenário não se mantém nos anos seguintes (2005). Tal queda coincide com a descoberta do escândalo de corrupção chamado *mensalão*, fato que pode ser considerado uma das causas do afastamento dos cidadãos com a esfera político-partidária. Na sequência, observa-se novamente uma queda nos dados observados, que alcançam seu menor nível durante toda a coleta. Assim, chega-se a 2013 com menos de 10% dos respondentes dizendo participar de comícios.

Consideradas as questões sobre participação convencional, anteriormente analisadas, estima-se que os dados para esse indicador também serão pouco elevados. Os resultados são demonstrados no Gráfico 4, abaixo.

Gráfico 3. Participou de reuniões políticas



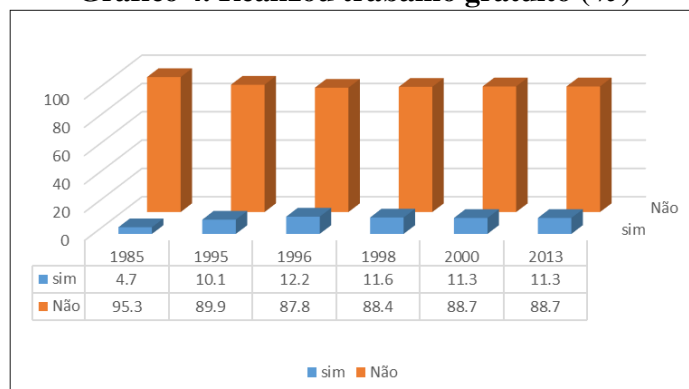
Fonte: Banco de dados NUPERGS/NUPESAL, 1985-2013.

Os dados ilustram que durante a época militar, 1968, nem 15% das pessoas participavam nessa forma de atividade. No período de abertura política, 1985, essa dimensão era ainda menor, diminuindo dois pontos percentuais e ficando em 10%. Para os primeiros anos de democracia, esse panorama se fortalece, porém continua a atingir valores pequenos. Em 1995, esse valor era de 13% e, em 1996, de 16%. Para os anos seguintes, 1996-2005, o cenário se mostra mais positivo. Isso porque se observa um aumento constante entre 1996, 1998 e 2000, sobretudo entre 2000 e 2005, quando a dimensão aumenta em quatorze pontos percentuais. Todavia, o aumento registrado nesse

período não se mantém para os anos seguintes. Isso é observado no ano de 2013, quando esse valor cai para menos de dez pontos percentuais. Logo, observa-se um panorama de fraca participação nesse quesito ao longo de todo período, em especial no de abertura política e de início da democracia.

Aprofundando a questão de como a participação política o próximo indicador diz respeito ao comportamento dos respondentes em relação às atividades realizadas de forma gratuita (seja atuando como fiscal, mesário, observador etc.).

Gráfico 4. Realizou trabalho gratuito (%)



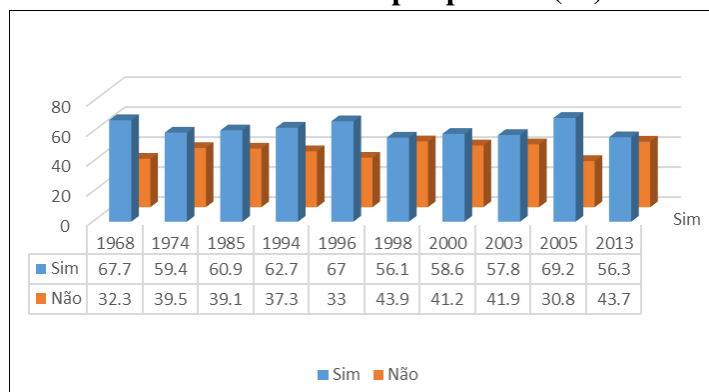
Fonte: Banco de dados NUPERGS/NUPESAL, 1985-2013.

É possível observar que, entre 1985 e 1995, o aumento de respostas positivas para essa questão é de cinco pontos percentuais, pois em 1985 menos de 5% dos entrevistados responderam *sim* quando perguntados se atuavam em alguma atividade política gratuita. Já em 1995, esse valor é de 10%. Cabe salientar que no ano de 1985 as atividades eleitorais no Brasil ainda eram bastante incipientes, uma vez que até, 1980, em virtude da ditadura, o país contava com um sistema bipartidário que permitia votação direta apenas para alguns cargos políticos.

Os anos após 1990 foram marcados pela concretização da abertura política no Brasil, esperava-se que a porcentagem de pessoas atuando gratuitamente em alguma esfera eleitoral aumentasse. Outro aumento, embora bastante tímido, ocorre em 1996, quando esse valor alcança 12,2% de respostas positivas. Esse nível se mantém praticamente constante para as *surveys* seguintes, variando menos de um ponto percentual entre cada ano. Para essa última *survey*, o nível de respostas positivas é de 11%. A análise dos dados sobre participação (em comícios, participação em reuniões, trabalho gratuito e contribuição financeira) entre 1968 a 2013 sinaliza a continuidade da baixa participação e fraco envolvimento da sociedade porto-alegrense em atividades políticas convencionais.

Considerado isso, a próxima subseção apresenta-se as questões sobre o interesse político dos eleitores de Porto Alegre. O interesse das pessoas pela política é resultado do processo de socialização que ocorre durante infância, adolescência e vida adulta. Assim, a proposta de empregar questões sobre o interesse político dos entrevistados decorre da importância de verificar se, em Porto Alegre, houve aumento de uma cultura política interessada em buscar informações sobre o mundo da política, sobretudo após o período de 1985. Os dados sobre o interesse dos respondentes pela política são ilustrados no Gráfico 6.

Gráfico 5. Interesse por política (%)



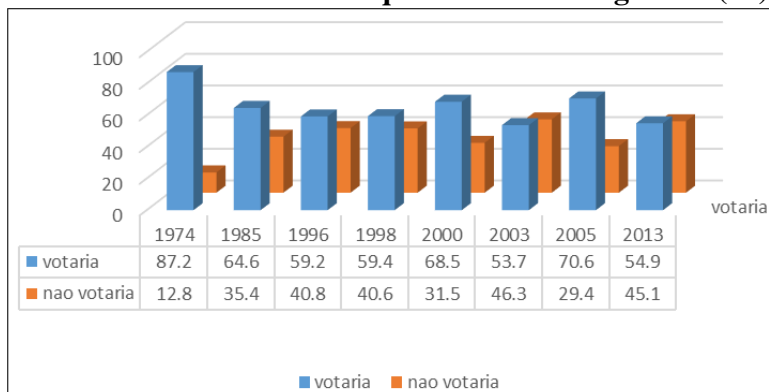
Fonte: Banco de dados NUPERGS/NUPESAL, 1985-2013.

Na pesquisa realizada em Porto Alegre, entre 1968 e 2013, se percebe que a maioria dos respondentes tem interesse por política, uma tendência positiva em relação à busca por informações políticas. Isso se observa desde as pesquisas de 1968, quando os resultados positivos para essa questão foram superiores a 55%. Entretanto, observa-se que entre 1968 e 1985, período político militar, a porcentagem de pessoas interessadas politicamente decresceu, de 1968 a 1974, aproximadamente sete pontos percentuais e, em 1985, se manteve estável. Esse decréscimo se torna especialmente interessante devido ao contexto da época, sobretudo entre 1974 e 1985 quando o Brasil volta a ser um sistema multipartidário e ter eleições diretas para determinados cargos políticos. Ou seja, a leitura da distribuição de frequência dos dados não indica uma relação positiva entre o processo de abertura política do país e o interesse político dos entrevistados, já que não se observam profundas alterações. Para 1994 e 1996 os dados apresentam um ligeiro aumento em relação às pesquisas anteriores, chega-se a 1996 com 67% dos respondentes afirmando se interessar pela política. Entre 1998 e 2003, a média de respostas positivas se mantém constante, em torno de 56%, valor que sofre um aumento em 2005, pico mais alto de todo período, apresentando 69,2%. Todavia, tal situação não perdura na *survey* de 2013, na qual o percentual de

respondentes que possui algum tipo de interesse cai treze pontos, chegando a 56%. Assim, os dados corroboram para que se afirme que a sociedade porto-alegrense possui um eleitorado interessado pela política mas de participação frágil.

Considerando a história da política brasileira e o passado da cidade observada, considera-se aqui o estudo do voto como uma forma de análise da cultura política dessa sociedade. Considerado isso, as respostas sobre a forma como as pessoas se portariam caso o voto fosse facultativo são apresentadas no Gráfico 10.

Gráfico 6. Votaria mesmo que não fosse obrigatório (%)



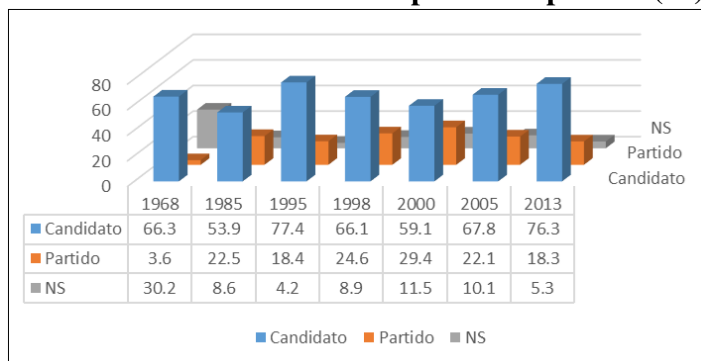
Fonte: Banco de dados NUPERGS/NUPESAL, 1985-2013.

Visualmente, é notória a pretensão da população da cidade em votar, já que para todos os anos o número de respostas positivas foi superior a 53%. Entretanto, esse valor decresce com os anos pois em 1974, quando, mesmo sob o regime militar, aproximadamente 87% dos respondentes afirmam que votariam mesmo que o voto não fosse obrigatório no país. Em 1985, quando já havia eleições diretas para diversos cargos, o cenário é menos otimista, pois houve uma queda de quase vinte pontos percentuais em relação a 1974, apresentando-se 65% de intensão de voto. Tal queda volta a ocorrer na pesquisa seguinte, 1996, embora de forma menos intensa. Com cinco pontos percentuais a menos do que o caso anterior, o ano de 1996 apresenta 59% de respostas positivas quanto ao voto, valor que se mantém em 1998. Para 2000, o resultado aumenta dez pontos percentuais, embora isso não se sustente até 2003, quando se observa um cenário menos positivo, com 54% de respostas positivas, o menor valor observado até o período. O panorama de instabilidade, devido a constante oscilação na porcentagem de respostas positivas para essa questão, fica ainda mais evidente em 2005. Após deter o menor nível de respostas “votaria” em 2003, a *survey* de 2005 apresenta o maior resultado de todo o período democrático, com 70% dos

respondentes afirmando que votariam mesmo que o voto não fosse obrigatório. Todavia, isso não se mantém, e em 2013 esse resultado fica em torno de 55%.

Completando a análise sobre o voto, o próximo gráfico 11 avalia a sua dimensão.

Gráfico 7. Dimensão do voto: pessoa ou partido (%)



Fonte: Banco de dados NUPERGS/NUPESAL, 1985-2013.

Em 1968, menos de 4% utilizava esse critério, contra 66% que votavam levando a pessoa do candidato em consideração. Com o início da reabertura brasileira, o ano de 1985 apresentou informações mais consistentes, 22%. A porcentagem que vota de acordo com a pessoa do candidato ficou em 54%. Com uma porcentagem de respostas inferior a de 1995, o ano de 1998 atinge 66% de respostas positivas em relação à pessoa do candidato. Para o ano 2000 novamente, registra-se uma queda no número de respostas favoráveis à pessoa do candidato, atingindo 60%. O ponto mais significativo desse ano (2000) está no resultado em relação à significância dos partidos políticos, pois é nessa coleta que se registra o pico mais alto de respostas positivas dessa variável. Em 2005 observa-se que o voto personalista regride, chegando a níveis próximos aos de 1968 e de 1998. Até então, fica clara a instabilidade nos níveis de respostas personalistas, que, apesar de alterarem em torno de dez pontos percentuais para cada *surveys*, sempre estiveram próximos aos 60%. Por último, ressalta-se que o mesmo padrão é encontrado no número de pessoas indecisas. Uma forte mudança entre 1968 e 1985, que cai de 30% para 9%, seguida por uma nova queda em 1995. Tal valor dobra no ano seguinte, em 1995. Durante 2000 e 2005, os resultados são próximos, com uma média de 10.5%, valor que cai pela metade em 2013.

Assim, se observa que ainda há uma elevada presença do voto personalista entre os eleitores de Porto Alegre e uma manutenção da baixa importância dos partidos políticos entre os eleitores, uma vez que os dados revelam predominância da decisão do voto pelo candidato.

Todavia, o número de indecisos sobre o que é mais relevante na hora de votar, a pessoa ou o partido do candidato, diminuiu consideravelmente durante o período de anos em análise.

Terminada a primeira etapa da análise empírica a segunda analítica apresenta os resultados da regressão múltipla realizada com base nas hipóteses do trabalho. O resultado obtido permite que se realizem as próximas análises considerando as variáveis **Identificação Partidária**, **Participação em Comícios** e **Participação em Reuniões** como as variáveis independentes, e as de **Interesse por Política**, **Avaliação sobre Importância do voto** e **Dimensão do voto** como dependentes. Dessa maneira, elabora-se uma análise evolutiva da relação entre as variáveis de participação política e de identificação partidária com a cultura política. Os dados que serão analisados compreendem o período entre 1985 à 2013. O quadro abaixo sintetiza os resultados decorrentes das regressões analisadas por ano.

Quadro 3- Comparação evolutiva das regressões

Variável Ano	Identificação partidária			Participação em comícios			Participação em reuniões		
	Interesse político	Importância do voto	Dimensão do voto	Interesse político	Importância do voto	Dimensão do voto	Interesse político	Importância do voto	Dimensão do voto
1985	-	-	-	-	-	Sim	Sim	Sim	-
1996	Sim	-	Sim	Sim	Sim	-	-	-	-
2000	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim	-
2005	-	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim	Sim	-
2013	Sim	Sim	Sim	-	-	-	Sim	Sim	-

Fonte: banco de dados NUPERGS/NUPESAL, 1985-2013.

Os resultados completos estão no anexo 1.

A comparação temporal dos resultados destaca três pontos. O primeiro é a existência de direcionalidade entre as variáveis observadas. Em todas as correlações, observou-se um resultado positivo das variáveis, embora nem sempre significativo. O resultado permitiu a continuidade do estudo e a definição das variáveis de identificação partidária e participação em comícios e reuniões como o grupo de variáveis independentes; ao passo que interesse por política, importância do voto e voto partidário foram consideradas variáveis dependentes.

Os anos de 1985 e 1996, nessa ordem, foram os que apresentaram menores relações causais entre as independentes e dependentes, indicando, nesse sentido, que, com o passar dos anos, as variáveis de participação convencional e de identificação partidária podem ser consideradas mais relevantes para compreensão da cultura política de uma sociedade. O terceiro ponto diz respeito à oscilação na relação causal entre as variáveis. Contudo, os resultados foram positivos na maioria

dos anos, mesmo se mostrando baixos ou com pouca significância no teste de causalidade. A conjuntura dos resultados revela um cenário que ainda necessita ser explorado, sobretudo sob a luz de mais e novas hipóteses, e de maneira mais aprofundada, procurando-se descobrir de que forma esses espaços institucionais estão sendo implantados no Brasil. Os efeitos da regressão revelam a importância de tais espaços formais na formação da cultura cívica da sociedade ao mesmo tempo que indicam que a forma como eles estão sendo implementados necessita ser repensada, uma vez que eles não alcançam de forma intensa o objetivo de auxiliar na composição de uma cultura cívica de apoio ao sistema democrático.

Segundo a teoria institucionalista e o conceito de socialização política, a promoção de normas, leis e processos implementados de maneira correta dentro de uma sociedade seriam alguns dos agentes responsáveis por definir e formar os valores e as avaliações das pessoas sobre política e, com isso, seu comportamento. Os resultados da regressão indicam a existência dessa relação, contudo de forma ainda incipiente, devido aos baixos preditores explicativos nos últimos anos. Assim, não suscitando que se negue o pressuposto institucionalista sobre a importância de tais instituições e seus espaços de comunicação entre leitores e governo para a formação da cultura política das pessoas, mas que se questione se tais mecanismos e espaços estão sendo implementados de maneira profícua.

6. CONCLUSÃO

O trabalho examinou a cultura política dos cidadãos porto-alegrenses durante os últimos 45 anos (1968 – 2013). A análise foi viável pela disponibilidade dos bancos de dados quantitativos sobre participação e interesse político desenvolvidos pelo NUPERGS e NUPESAL e pelo apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em termos teóricos, a abordagem empregada na análise dos dados diz respeito à cultura política. A cultura política diz respeito às características que formam os valores, os comportamentos e as atitudes políticas de um grupo social. Assim, o estudo considerou a importância de valores avaliativos para a compreensão do comportamento político das pessoas e baseou-se no argumento de que a formação da cultura política da sociedade depende da interação dos indivíduos com o seu ambiente. Com vistas a complementar o debate, utilizou-se o conceito de participação política.

O objetivo da tese foi verificar se, no período de abertura política iniciado no fim de 1980, e mais atualmente no de implementação e consolidação da democracia, observam-se alterações no comportamento político das pessoas em Porto Alegre. Analisado o comportamento político das pessoas do período, o objetivo seguinte foi verificar a hipótese de que variáveis de participação institucional, como as vinculadas a partidos, impactam na construção da cultura política do indivíduo da localidade.

Para tal, a análise empírica foi realizada em duas etapas. A primeira, mais descritiva, avaliou se o interesse, a participação política e a percepção das pessoas sobre o voto e partidos têm se alterado durante os últimos 45 anos. A abrangência dos dados permitiu caracterizar, de forma empírica, a cultura política da cidade nas últimas décadas e, assim, avaliar se existe um processo de continuísmo ou de alteração de determinadas características da cultura política da localidade. Desse modo, observou-se que, com o passar dos anos, com a democracia já implementada no país, o interesse dos eleitores de Porto Alegre pela política, pelo voto e por partidos se modificou.

O conjunto de informações analisados evidenciaram uma situação de continuidade e a existência de um eleitorado cívico ainda iminente na cidade. Do ponto de vista atitudinal, os porto-alegrenses apresentam uma baixa participação nos quesitos avaliados (identificação partidária, participação em comícios, participação em reuniões, interesse por política, importância do voto, dimensão do voto). Logo, o cenário é de certo ceticismo e distanciamento em relação à participação política das pessoas na esfera partidária, seja na sua identificação com esta ou na participação em reuniões e comícios.

A leitura das frequências descreve poucas alterações durante os últimos 45 anos analisados. Os dados verificados ressaltam um panorama de afastamento dos cidadãos em relação aos partidos políticos, uma estabilidade em relação à identificação partidária e queda do voto partidário. Assim, as informações obtidas salientam uma situação preocupante em relação à presença de valores cívicos. O cenário mais positivo foi percebido nos dados de autoavaliação dos respondentes de interesse por política, embora sem respaldo atitudinal forte. Isso foi verificado quando questionado aos entrevistados por qual meio de informação eles obtinham notícias sobre a esfera política (informação via rádio, televisão e mídia impressa), situação em que apenas a televisão obteve níveis significativos. Dessa maneira, as conclusões da primeira etapa da análise empírica descrevem a situação da cultura política de Porto Alegre como de continuidade em relação a determinadas características históricas (voto personalista e distanciamento político).

Tais resultados de continuísmo tornam claros os obstáculos que ainda permanecem em relação à construção de uma cidadania mais interessada e cívica, ou seja, que forneça uma base social de apoio a instauração do sistema democrático. Esses resultados não colocam em dúvida a estabilidade ou a manutenção do sistema democrático, mas sim sua falha institucional em construir um cenário positivo que permita à cultura política se desenvolver de maneira mais cívica.

A continuidade de uma cultura política de voto personalista, distante e não muito interessada pela política, deriva de um conjunto maior de fatores do que aqueles históricos. Conforme enfatizado no referencial teórico, essas características também são resultados da própria ineficiência do sistema político. Se por sua vez a teoria argumenta que valores institucionais são relevantes na formação da cultura política, a tese enfatiza a questão de como a instauração do sistema democrático e seus processos está ocorrendo na formação da cultura política das pessoas.

A análise na segunda etapa empírica considera os resultados provenientes das regressões múltiplas, e compreende o período entre 1985 e 2013¹³.

Tal análise permitiu verificar a direcionalidade e a causalidade entre as variáveis estudadas, assim testando a hipótese central da tese. Isto é, observa-se que, embora baixos, os níveis de interesse político, interesse pelo voto e importância dos partidos políticos podem ser de alguma maneira explicados pela participação e identificação das pessoas em espaços convencionais de participação e identificação partidária. Dessa forma, a análise permitiu observar e comparar se, após 1985, variáveis vinculadas à democracia procedimental analisadas podem ser empregadas como preditoras de uma cultura mais interessada e partidária.

A regressão múltipla iniciou avaliando a existência de direcionalidade na associação entre as variáveis. Confirmada a hipótese central de que a direcionalidade entre os dados transcorre das variáveis de participação e identificação política para as de cultura política, o passo seguinte foi analisar a significância estatística das correlações e os resultados da regressão para cada *survey*. Os resultados conclusivos provenientes das regressões múltiplas estão sintetizados no quadro abaixo.

¹³ Por questões metodológicas, o ano de 1968 não foi incorporado às regressões.

Quadro 4- Capacidade explicativa das variáveis analisadas*

	Interesse por Política	Importância do Voto	Dimensão do Voto
Identificação Partidária	1985 1996 2000 2005 2013	1985 1996 2000 2005 2013	1985 1996 2000 2005 2013
Participação em Comícios	1985 1996 2000 2005 2013	1985 1996 2000 2005 2013	1985 1996 2000 2005 2013
Participação em Reuniões	1985 1996 2000 2005 2013	1985 1996 2000 2005 2013	1985 1996 2000 2005 2013

Fonte: elaborado pela autora com base nos resultados desta tese.

*Os dados destacados dizem respeito aos anos em que houve explicação causal entre as variáveis.

Como se pode observar, os resultados da regressão múltipla reenfazem um cenário preocupante em Porto Alegre. Isso porque não revelam a existência de um padrão causal explicativo entre as variáveis. Com relação às variáveis independentes no interesse por política, com exceção a 1985, duas das três variáveis empregadas sempre se mostraram relevantes. Considerando como critério de análise o tempo em questão, a variável mais significativa foi a de participação em reuniões, presente em 1985, 2005 e 2013. Todavia, os resultados não permitem indicar um padrão.

No que tange à causalidade entre as variáveis independentes na importância do voto, a participação em comícios pouco aparece como variável explicativa em comparação às demais variáveis. Os resultados considerando as variáveis de identificação partidária e participação em reuniões se mostraram relevantes para 2000, 2005, e 2013. Para a última variável dependente, dimensão do voto, observa-se o resultado mais diferenciado, isso por ela não ser explicativa em nenhum ano para a variável dependente. A relação entre identificação partidária e voto personalista apresenta relação causal durante as últimas quatro *surveys* (1996 a 2013).

Esses resultados destacam o continuísmo em relação à existência de uma cultura política personalista e distante predominada pela baixa adesão política das pessoas nas esferas de participação. Esses resultados correspondem a práticas que perpassam pela história da cultura política da cidade de Porto Alegre e que indicam que o processo de democratização necessita ser repensado. O resultado obtido das correlações aceita o argumento de que a participação ativa dos eleitores em atividades políticas formais (sobretudo eleitorais) perpetuada durante décadas está relacionada à construção de uma cidadania cívica. Isso porque a presença, a identificação e a

participação dos eleitores em atividades partidárias formais se mostraram variáveis explicativas, embora baixas, do posicionamento das pessoas em relação à importância do voto e ao voto partidário. Isso aprofunda o debate empírico acerca da forma como os cidadãos de Porto Alegre percebem fatores relacionados ao seu sistema político, como o debate teórico sobre cultura política e democracia.

Os objetivos alcançados demonstram o quanto é importante a produção, o incentivo e a manutenção de pesquisas de opinião sobre cultura política ao longo dos anos, assim como o questionamento e o debate sobre a forma como a implementação dos procedimentos democráticos está ocorrendo em uma sociedade e a forma como isso está sendo percebido pelos cidadãos. Assim, avaliam-se quais mecanismos procedimentais são positivos na formação de uma cultura cívica que dê mais respaldo à formação de um sistema democrático consistente em termos sociais e institucionais, situação que corrobora para que novas hipóteses sejam elaboradas sobre o tema. Entre elas a de que a participação ativa dos eleitores em atividades políticas formais (sobretudo eleitorais), que, quando perpetuam durante o período, corroboram com a formação de uma cultura política cívica de apoio ao sistema político. Assim, a presença, a identificação e a participação dos eleitores em atividades partidárias formais devem ser consideradas mecanismos de socialização política.

Uma vez que os resultados respaldam esse argumento, ao demonstrar que existe relação entre as variáveis exploradas, suscita-se a relevância de se avaliar de que forma esses estão sendo implementados. Não há dúvidas de que as instituições políticas e seus espaços de participação servem de agente socializadores. Mas o caso de Porto Alegre indica que apenas sua existência não é suficiente para impactar na cultura política das pessoas. Os resultados da tese evidenciam que o modelo de democracia brasileira ainda encontra grandes obstáculos e que a implementação da sua estrutura institucional necessita ser repensada. Tais resultados introduzem três pontos ao debate: i) a necessidade de se materializar mais estudos empíricos sobre essa temática, que permitam, sobretudo, introduzir mais variáveis ao debate; ii) a importância da evolução histórica das sociedades na compreensão da cultura política dos seus habitantes; e iii) a relevância da teoria da cultura política e dos conceitos de socialização e participação para compreender e descrever os obstáculos da implementação da democracia em dias contemporâneos.

O esforço empreendido no estudo pode ser observado como uma das poucas tentativas empíricas e longitudinais, no que tange à análise de regularidades e padrões de atitudes, valores e

comportamentos políticos, que considera alguns dos fatores institucionais da democracia. Os resultados sugerem a necessidade de continuidade, não somente do caso porto-alegrense, mas de outras localidades e em níveis nacionais, fornecendo, assim elementos de comparação mais amplos e de caráter mais propositivo e de incidência na realidade. Isso é importante tanto para a compreensão e estudo da cultura política quanto para a constituição de sistemas democráticos.

REFERÊNCIAS

- ALMOND, Gabriel. *A Discipline Divided Schools and Sects in Political Science*. London: Sage, 1990.
- ALMOND, Gabriel. *Political development*. Boston: Little, Brown, 1970.
- ALMOND, Gabriel. Political Science: the history of the discipline. In: GOODIN, Robert E.; KLINGEMANN, Hans-Dieter (eds.). *A New Handbook of Political Science*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- ALMOND, Gabriel. Political Theory and Political Science. *American Political Science Review*, v. 60, n. 4, p.869-879, dez., 1966.
- ALMOND, Gabriel. Um método funcional para o estudo da política comparada. In: ALMOND, Gabriel; COLEMAN, James. *A política das áreas em desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ed. F. Bastos, 1969. p.13-68.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic Culture Revisited*. Newbury Park, London, New Delhi: Sage, 1989.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Newbury Park, London, New Delhi: Sage, 1963.
- BAGEHOT, Walter. *The English Constitution*. 1873. Disponível em: <<http://socserv.mcmaster.ca/econ/ugcm/3ll3/bagehot/constitution.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2014.
- BAQUERO, Marcello. (Org.). *Capital social, desenvolvimento sustentável e democracia na América Latina*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- BAQUERO, Marcello. *A Construção da Democracia na América Latina: Estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política*. Porto Alegre; Canoas: Editora da UFRGS/Centro Educacional La Salle, 1998.
- BAQUERO, Marcello. A Cultura Política na Agenda da Democratização na América Latina. In: BAQUERO, Marcello. *Culturas(s) Política(s) e democracia no Século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, p. 13-24.
- BAQUERO, Marcello. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- BAQUERO, Marcello. *Cultura Política e Democracia: os desafios das sociedades contemporâneas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.
- BAQUERO, Marcello. *Democracia, juventude e capital social no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BAQUERO, Marcello. Os desafios na construção de uma cultura política democrática na América Latina: estado e partidos políticos. In: BAQUERO, M. *Cultura política e democracia: os desafios das sociedades contemporâneas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994, p. 26-41.
- BAQUERO, M. (Org.). *Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.
- CASTRO, Henrique Carlos. *Cultura Política, democracia e hegemonia: uma tentativa de explicação do comportamento político não democrático*. 2000. Disponível em: <<http://www.artmed.com.br/gramsci>>. Acesso em: 21 out. 2013.
- CORNWALL, Andrea; ROMANO, Jorge; SHANKLAND, Alex. Brazilian experiences of participation and citizenship: a critical look. In: discussion paper 389, IDS (Institute of Development Studies), dec., 2008. Disponível em: <<https://www.ids.ac.uk/files/Dp389.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

CULLELL, Jorge V.; O'DONNELL, Guillermo; IAZZETTA, Ozvaldo. *The quality of democracy*. Chicago: University of Notre Dame, 2002.

HELD, David. *Modelos de democracia*. Madri: Alianza Universidad, 1997.

HUNTINGTON, Samuel P. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

INGLEHART, Ronald. Changing Values, Economic Development and political Change. *International Social Science Journal*, n. 145, set., 1995, p. 379-404.

INGLEHART, Ronald. *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

INGLEHART, Ronald. The Silent Revolution in Europe: Intergenerational Change in Post-Industrial Societies. *American Political Science Review*, v. 65, n. 4, dec., 1971, p. 991-1017.

INGLEHART, Ronald. *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles among Western Publics*. Princeton: Princeton University Press, 1977.

INGLEHART, Ronald; WAYNE, Baker. Modernization, Cultural Change and the Persistence of Traditional Values. *American Sociological Review*, v. 65, n. 1, fev., 2000, p. 19-51.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernização, mudança cultural e democracia*. São Paulo: Verbena, 2009.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernization, Cultural Change and Democracy: The Human Development Sequence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

LAWY, Robert; BIESTA, Gert. Citizenship as practice. The educational implications of an inclusive and relational understanding of citizenship. *British Journal of Education Studies*, v. 454, 2006, p. 34-50.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 66, fev., 2008.

MOISÉS, José Álvaro. *Democracia e Confiança: Porque os Cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas?* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

MOISÉS, José Álvaro. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995.

NORRIS, Pippa. The Growth of Critical Citizens? In: NORRIS, Pippa. *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*, 1999. p.1-30.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe; WHITEHEAD, Laurence. *Transitions from authoritarian rule: Southern Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986.

O'DONNELL, Guillermo; CULLELL, Jorge V.; IAZZETTA, Ozvaldo. *The quality of democracy*. Chicago: University of Notre Dame, 2002.

PATEMAN, CAROLE. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

POLITY IV PROJECT. *Political Regime Characteristics and Transitions, 1800-2013*. Disponível em: <<http://www.systemicpeace.org/polity/polity4.htm>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RID (Rede Interamericana para a Democracia). *Índice de participação cidadã na América Latina: relatório regional*. 2002. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/393_arquivo.pdf>. Acesso em: 28 set. 2014.

SKOGEN, Rochelle. The missing element to achieving citizenship as practice: Balancing freedom and responsibility in schools today. *Interchange*, v. 41, n. 1, 2010, p. 17-43.

TSE (Tribunal Superior eleitoral). *Eleições 2010*. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010/eleicoes-2010>>. Acesso em: 12 mai. 2014.

VERBA, Sidney et al. *Participation and political equality: A seven-nation comparison*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

VERBA, Sidney; NIE, N.; KIM, J. *The models of democratic participation: a cross-national comparison*. Beverly Hills: Sage, 1971.

VERBA, Sidney; NIE, Norman. *Participation in America: Political democracy and social equality*. New York: Harper and Row, 1972.

VERBA, Sidney; SCHOLZMAN, Kay; BRANDY, Henry. *Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967.

Anexo 1

Interesse por política

Tabela 1- Correlação: Interesse Político*

	1985		1996		2000		2005		2013	
	p	Sig	p	Sig	p	Sig	p	Sig	p	Sig
Identificação partidária	0.076	.047	0.248	.000	0.242	.000	0.091	.022	0.134	.010
Participação em comícios	0.128	.002	0.164	.002	0.301	.000	0.176	.000	0.144	.006
Participação em reuniões	0.157	.000	0.159	.003	0.197	.000	0.101	.013	0.196	.000

Fonte: banco de dados NUPESAL/ NUPERGS.

*Os resultados em negrito indicam as variáveis que foram aceitas no modelo de regressão.

Tabela 2-Regressão para 1985

Variável	Model Summary	ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Participação em reuniões políticas	.025	0.01	.157	.000

Fonte: banco de dados NUPESAL/ NUPERGS, 1985.

Tabela 3- Regressão para 1996

Variável	Model Summary	ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Identificação partidária	.068	.000	.248	.000
Participação em comícios	.077	.000	.228	.000

Fonte: banco de dados NUPESAL, 1996.

Tabela 4- Regressão para 2000

Variável	Model Summary	ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Participação em comícios	.091	.000	.301	.000
Identificação partidária	.117	.000	.253	.000
			.170	

Fonte: banco de dados NUPESAL, 2000.

Tabela 5- Regressão 2005

Variável	Model Summary	ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Participação em comícios	.031	.000	.176	.000
Participação em reuniões	.042	.000	.178	.000

Fonte: banco de dados NUPESAL, 2005.

Tabela 6- Regressão para 2013

Variável	Model Summary	ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig

Participação em reuniões	.038	.001	.196	.000
Identificação partidária	.054	.000	.190	.000

Fonte: banco de dados da tese.

Tabela 7- Resultado da regressão múltipla - variáveis explicativas para o Interesse por política

Variável	1985	1996	2000	2005	2013
Identificação partidária	Não	Sim (6.8%)	Sim (11.7%)	Não	Sim (5.4%)
Participação em comícios	Não	Sim (7.7%)	Sim (9.1%)	Sim (3.1%)	Não
Participação em reuniões.	Sim (2.5%)	Não	Não	Sim (4.2%)	Sim (3.8%)

Fonte: banco de dados NUPERGS/NUPEAL, 1985-2013.

5.2.2. Importância do voto

Tabela 8- Correlação: Importância do voto*

	1985		1996		2000		2005		2013	
	P	Sig	P	Sig	P	Sig	P	Sig	P	Sig
Identificação partidária	0.01	.414	0.093	.059	0.293	.000	0.179	.000	0.229	.000
Participação em comícios	0.057	.109	0.171	.002	0.288	.000	0.128	.002	0.140	.009
Participação em reuniões	0.092	.022	0.081	.088	0.243	.000	0.249	.000	0.130	.014

Fonte: banco de dados NUPERGS/NUPEAL, 1985-2013.

*Os resultados em negrito indicam as variáveis que foram aceitas no modelo de regressão.

Tabela 9- Regressão para 1985

Variável	Model Summary		ANOVA		Coefficients	
	R Square	Sig	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig	
Participação em reuniões	.009		0.045	.092		.000

Fonte: banco de dados NUPERGS, 1985.

Tabela 10- Regressão para 1996

Variável	Model Summary		ANOVA		Coefficients	
	R Square	Sig	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig	
Participação em comícios	.029		.004	.171		.000

Fonte: banco de dados NUPEAL, 1996.

Tabela 11- Regressão para 2000

Variável	Model Summary		ANOVA		Coefficients	
	R Square	Sig	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig	
Identificação partidária	.086		.000	.293		.000
Participação em comícios	.132		.000	.230		.000
				.224		
Participação em reuniões	.140		.000	.216		.000
				.181		

Fonte: banco de dados NUPEAL, 1996.

Tabela 12- Regressão para 2005

Variável	Model Summary		ANOVA		Coefficients	
	R Square	Sig	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig	
Participação em reuniões	.062		.000	.249		.000
Identificação partidária	.099		.000	.260		.000
				.194		

Fonte: banco de dados NUPEAL, 2005.

Tabela 13- Regressão para 2013

Variável	Model Summary		ANOVA		Coefficients	
	R Square	Sig	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig	
Identificação partidária	.053		.000	.229		.000
Participação em reuniões	.066		.000	.223		.000

Fonte: banco de dados da tese, recolhidos em 2013.

Tabela 14- Resultado da regressão múltipla - variáveis explicativas para a importância do voto

Variável	1985	1996	2000	2005	2013
Identificação partidária	Não	Não	Sim (8.6%)	Sim (9.9%)	Sim (5.3%)
Participação em comícios	Não	Sim (2.9%)	Sim (13.2%)	Não	Não
Participação em reuniões.	Sim (0.9%)	Não	Sim (14%)	Sim (6.2%)	Sim (6.6%)

Fonte: bancos de dados NUPERGS/NUPESAL.

5.2.3. Dimensão do voto

Tabela 15- Correlação: Dimensão do voto

	1985		1996		2000		2005		2013	
	p	Sig	p	Sig	p	Sig	p	Sig	p	Sig
Identificação partidária	.091	.039	.294	.000	.349	.000	.230	.000	.123	.017
Participação em comícios	.139	.003	.097	.059	.247	.000	.230	.000	.017	.385
Participação em reuniões	.108	.018	.127	.020	.182	.000	.037	.217	.006	.457

Fonte: banco de dados NUPESAL/ NUPERGS.

*Os resultados em negrito indicam as variáveis que foram aceitas no modelo de regressão.

Tabela 16- Regressão para 1985

Variável	Model Summary		ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Participa de comícios	.019		.007	.139	.000

Fonte: banco de dados NUPERGS, 1985.

Tabela 17- Regressão para 1996

Variável	Model Summary		ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Identificação partidária	.086		.000	.294	.000

Fonte: banco de dados do NUPESAL, 1996.

Tabela 18- Regressão para 2000

Variável	Model Summary		ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Identificação partidária	.122		.000	.349	.000
Participação em comícios	.146		.000	.303	.000

Fonte: banco de dados do NUPESAL, 2000.

Tabela 19- Regressão para 2005

Variável	Model Summary		ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Identificação partidária	.053		.000	.230	.000
Participação em comícios	.077		.000	.167	.000
				.167	.001

Fonte: banco de dados do NUPESAL, 2005.

Tabela 20- Regressão para 2013

Variável	Model Summary		ANOVA	Coefficients	
	R Square	Sig	Sig	Standardized Coefficients (Beta)	Sig
Identificação partidária	.015		0.03	.123	.000

Fonte: banco de dados da tese.

Tabela 21- Resultado da regressão múltipla - variáveis explicativas para a dimensão do voto*

Variável	1985	1996	2000	2005	2013
Identificação partidária	Não	Sim (8.6%)	Sim (12%)	Sim (5.3%)	Sim (2.5%)
Participação em comícios	Sim (1.9%)	Não	Sim (15%)	Sim (7.7%)	Não
Participação em reuniões.	Não	Não	Não	Não	Não

Fonte: banco de dados NUPERGS/NUPESAL, 1985-2013.

*Os resultados em negrito indicam as variáveis que foram aceitas no modelo de regressão.